

Geneva Internet Platform

DigitalWatch

NEWSLETTER
VERSÃO BRASILEIRA

Você recebe centenas de peças de informação sobre política digital. Nós também as recebemos. Nós as decodificamos, contextualizamos e analisamos. Então, nós as resumimos para você.

TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DIGITAL EM ABRIL

1. Aumenta o escrutínio sobre a indústria de tecnologia

Em abril, o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, respondeu a questões dos comitês de assuntos judiciais e de comércio do Senado dos EUA e do Comitê de Energia e Comércio da Câmara. Durante as 10 horas de audiência, divididas em dois dias, na esteira do escândalo Cambridge Analytica, o CEO foi questionado sobre as práticas do Facebook.

Um dos principais destaques do depoimento foi que Zuckerberg reconheceu a inevitabilidade da regulamentação da proteção de dados. Não é uma questão de “se” tal regulamentação acontecerá, ele observou, mas sim de “como” e de que forma.

Ele também fez insinuações sobre o que é percebido por muitos como uma discrepância no atual modelo de negócios das empresas de Internet: elas fornecem aos usuários serviços gratuitos, mas sustentam seu modelo de negócios monetizando os dados dos usuários (principalmente por meio de acordos publicitários). A questão é saber se um novo modelo deverá despontar, onde os usuários paguem mensalidades pelos serviços online, sem que seus dados sejam monetizados. O CEO do Facebook parecia indicar a possibilidade de um Facebook de duas classes: uma versão gratuita com um acordo automático de dados em que usuários

implicitamente concordam que seus dados sejam usados pela empresa para propaganda direcionada, e uma versão premium sem anúncios em troca de uma mensalidade.

O depoimento também deixou claro que o Facebook está confiando fortemente no poder dos algoritmos e da inteligência artificial (IA) para lidar com questões de política de conteúdo em áreas como o combate à disseminação do discurso de ódio e notícias falsas pela rede. A IA também parece ser fortemente usada pela empresa de um modo geral para melhorar os resultados de suas atividades de moderação de conteúdo.

O que aconteceu desde o depoimento? Primeiro, embora Zuckerberg tenha dito que o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da UE foi algo positivo, o Facebook moveu mais de 1,5 bilhão de usuários na Ásia, África, Austrália e América Latina, para fora do alcance da GDPR, mudando-os da jurisdição da Irlanda (onde a empresa está sediada) para os EUA.

Em segundo lugar, o Parlamento Europeu também pediu ao CEO do Facebook para testemunhar na UE. Em março, Zuckerberg recusou um convite para aparecer perante o Parlamento britânico; resta saber como ele responderá a um pedido do corpo legislativo da UE.

[La suite en page 3](#)



Neste mês, celebramos a 30ª edição da newsletter. Desde junho de 2015, nosso boletim informativo fornece mensalmente os principais desdobramentos e eventos da política digital, bem como análises das questões mais atuais do mês. Nosso objetivo é ajudar nossas leitoras a manterem-se atualizadas com o dinâmico ambiente de políticas digitais. Nos últimos meses, o boletim informativo também foi multilíngue. Faça o download de edições anteriores em inglês ou em outros idiomas.

FGV DIREITO RIO
CENTRO DE TECNOLOGIA
E SOCIEDADE

NESTA EDIÇÃO

BARÔMETRO



A arquitetura global da Governança da Internet, segurança e a economia da Internet foram proeminentes neste mês. Leia nosso resumo dos desenvolvimentos.

[Mais nas páginas 4, 5](#)

SEMANA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO



Na Semana de Comércio Eletrônico da UNCTAD, muitas discussões se concentraram no papel das plataformas digitais e do comércio eletrônico no apoio ao crescimento e desenvolvimento.

[Mais na página 6](#)

ARMAS LETAIS AUTÔNOMAS



Como tais armas devem ser definidas? E como o seu potencial desenvolvimento e uso pode ser governado? Países e especialistas discutiram essas e outras questões.

[Mais na página 7](#)

SAÚDE DIGITAL



Com as tecnologias digitais sendo cada vez mais utilizadas no setor de saúde, elas trazem implicações para a política digital.

[Mais na página 8](#)

Edição no. 30 da newsletter *Digital Watch*, publicada em 30 de abril de 2018, pela Geneva Internet Platform (GIP) e DiploFoundation | Contribuidores: Luca Belli, Stephanie Borg Psaila, Luã Fergus, Jovan Kurbalija, Marília Maciel, David Morar, Roxana Radu, Barbara Rosen Jacobson, Sorina Teleanu | Design por Viktor Mijatović, layout por Aleksandar Nedeljkov, Diplo's CreativeLab | Além da newsletter *Digital Watch*, você pode encontrar a cobertura detalhada dos desdobramentos no observatório *GIP Digital Watch* (<https://dig.watch>) e participar de discussões online na última terça-feira de cada mês, ou na GIP (<https://dig.watch/briefings>) | Envie seus comentários para digitalwatch@diplomacy.edu | Faça o download da sua cópia em <https://dig.watch/newsletter/april2018>

DESDOBRAMENTOS DIGITAIS EM GENEVRA

Muitas discussões políticas ocorrem em Genebra todos os meses. As atualizações a seguir cobrem os principais eventos do mês. Para relatórios de eventos, visite a seção “Past Events” [no observatório GIP Digital Watch](#).

Desafio Estudantil Cyber 9/12 2018

A quarta Competição Estudantil Cyber 9/12 [realizada](#) entre 5 e 6 de abril, reuniu equipes de 20 universidades para encontrar soluções para um incidente cibernético simulado. O cenário do concurso exigiu que as alunas respondessem a uma crise cibernética de nível europeu que tinha como alvo o sistema de aviação. A tarefa era avaliar a crise e fornecer recomendações de políticas estratégicas para os líderes do governo. Após dois dias de competição, a equipe Black Knights da Academia Militar dos EUA de West Point ficou em primeiro lugar, seguida por duas equipes suíças: NOBUS (HSG Universität St. Gallen e ETH Zurich) e ETHernet (ETH Zurich). O concurso é organizado anualmente pelo Centro de Política de Segurança de Genebra e pelo Atlantic Council.

Grupo de Especialistas Governamentais da CCW sobre Sistemas de Armas Letais Autônomas (LAWS)

O Grupo de Especialistas Governamentais, estabelecido no âmbito da Convenção sobre Certas Armas Convencionais, convocada de 9 a 13 de abril [para](#) abordar os potenciais desafios impostos pelas tecnologias emergentes na área de LAWS. Com base na reunião de novembro de 2017 [o grupo](#) concentrou-se na caracterização de sistemas de armas autônomas, o elemento humano no uso da força letal e possíveis opções para enfrentar os desafios humanitários e de segurança apresentados pelos LAWS. Embora permaneçam diferenças significativas em questões como a necessidade e o escopo de uma definição de LAWS, os estados estabeleceram um considerável consenso sobre a importância de um significativo controle humano na seleção e no engajamento de alvos humanos. *Leia mais na página 7.*

Grupo de Especialistas da UIT sobre Regulamentos Internacionais de Telecomunicações - 4º encontro

A 4ª reunião do Grupo de Especialistas da União Internacional das Telecomunicações (UIT) sobre Regulamentos Internacionais de Telecomunicações (ITRs), realizada nos dias 12 e 13 de abril [concluiu](#) um processo que começou em fevereiro de 2017 para conduzir uma revisão dos ITRs de 2012. [O relatório final do grupo](#) descreve as opiniões divergentes dos Estados membros sobre questões como a aplicabilidade e relevância dos ITRs de 2012 no contexto em rápida evolução do ambiente de telecomunicações/TIC, a existência de potenciais conflitos entre as obrigações dos signatários dos ITRs de 2012 e dos ITRs de 1988 [e a realização](#) de uma nova Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT). O relatório foi submetido ao Conselho da UIT para consideração e posterior submissão à Conferência Plenipotenciária de 2018 da UIT.

Semana de Comércio Eletrônico da UNCTAD

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) realizou sua anual Semana de Comércio Eletrônico entre os dias 16 e 20 de abril [com](#) o tema “Dimensões de desenvolvimento de plataformas digitais”. Os participantes discutiram maneiras pelas quais o comércio eletrônico e as plataformas digitais poderiam apoiar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Enfatizou-se a necessidade de assegurar que os países emergentes e em desenvolvimento desfrutem dos benefícios da crescente economia digital, e que ambientes propícios - desde infraestruturas de telecomunicações, habilidades digitais e acesso a sistemas financeiros - sejam implementados para que isso aconteça. Outras questões ressaltadas incluíam desafios à confiança do consumidor no comércio eletrônico, fluxos de dados e o impacto das políticas de dados sobre o comércio digital e o impacto da economia do compartilhamento e outros novos modelos de negócios na força de trabalho. **A Geneva Internet Platform forneceu relatórios logo após muitas sessões relacionadas à política digital.** [Leia mais na página 6.](#)

Conferência SIG para um Mundo Sustentável

Realizada entre os dias 17 e 19 de abril [a conferência](#) foi co-organizada pela Esri e pelo Programa de Aplicação de Satélite Operacional do Instituto de Treinamento e Pesquisa da ONU. As discussões se concentraram em como os sistemas de informação geográfica (SIG) poderiam ser usados para apoiar o progresso rumo aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Foi enfatizado que as aplicações do SIG poderiam ajudar os governos a avaliar melhor a eficiência das medidas tomadas para alcançar os ODS. Os participantes também forneceram exemplos de aplicações de SIG em áreas como crises de refugiados, ajuda humanitária e gerenciamento de desastres. Além disso, houve debates sobre o uso de drones e outras aplicações robóticas em benefício de ajuda humanitária, saúde, desenvolvimento e proteção ambiental.

Conselho da UIT – Sessão de 2018

Entre os dias 17 e 27 de abril [o Conselho](#) da UIT se reuniu em Genebra para discutir uma ampla gama de questões relativas à missão da organização, antes da 20ª Conferência Plenipotenciária da UIT. O secretário-geral da UIT, Houlin Zhao, fez uma prévia contextualização para a reunião, observando que é tarefa do Conselho e da Plenipotenciária “assegurar que as atividades, políticas e estratégias da UIT respondam plenamente à transformação digital de hoje”. [O Conselho](#) discutiu questões como o trabalho da UIT para apoiar a implementação dos ODS, as atividades da organização no fortalecimento do seu papel na construção de confiança e segurança no uso das TICs e relatórios de seus diversos grupos de trabalho (por exemplo, questões de políticas públicas relacionadas à Internet, proteção online para crianças e ITRs). As decisões do Conselho serão disponibilizadas em sua página na Web.

TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DIGITAL EM ABRIL

Continuação da página 1

2. Acordo Tecnológico de Cibersegurança: O que ficou de fora, quem ficou de fora

Este mês, mais de 30 empresas de tecnologia assinaram um Acordo Tecnológico de Cibersegurança, prometendo proteger civis no ambiente online. Os signatários incluem Microsoft, Facebook, Cisco, HP e Oracle, bem como várias empresas de cibersegurança. De maneira notável, Amazon, Apple, Google e Twitter não fazem parte do acordo.

Sob este acordo, as empresas se comprometem a: (a) proteger os usuários e projetar, desenvolver e fornecer produtos e serviços que priorizem a segurança, privacidade, integridade e confiabilidade; (b) opor-se a ciberataques contra cidadãos e empresas inocentes de qualquer localidade; (c) capacitar usuários, clientes e desenvolvedores para fortalecer a proteção da cibersegurança; (d) associar-se a grupos afins para melhorar a cibersegurança.

O Acordo Tecnológico de Cibersegurança é uma versão atualizada de uma proposta original, publicada em abril de 2017, como parte da proposta da Microsoft para uma Convenção de Genebra Digital. A versão de 2017, uma chamada para um Acordo Tecnológico para proteger as pessoas no ciberespaço, destacava que as empresas não devem ajudar os governos em operações cibernéticas ofensivas, devem proteger os consumidores de todas as localidades, coordenar a resolução de falhas de segurança e combater a proliferação de vulnerabilidades.

O acordo assinado traz vários novos elementos e mudanças:

- Ele destaca o impacto na sociedade mencionando o papel das tecnologias digitais na abordagem dos desafios atuais em áreas como educação, saúde, futuro do trabalho e sustentabilidade ambiental.
- Ele indica mais nitidamente que as empresas se esforçarão para proteger os usuários do vigilantismo.
- Ele fornece uma abordagem geral para projetar, desenvolver e fornecer produtos e serviços que priorizem a segurança, privacidade, integridade e confiabilidade, em oposição a “lançamento de patches” de versões antigas.
- Ele inclui enfoque em capacitação, pois as empresas se comprometem a preparar usuários e desenvolvedores para que se protejam no ciberespaço e a apoiar outras partes interessadas “para desenvolverem capacitação em cibersegurança”.
- Enquanto a proposta de 2017 falava sobre a necessidade de o governo e a indústria de tecnologia tornarem-se parceiros em cibersegurança, no novo Acordo, a colaboração é de “entre cada um” e por meio de “parcerias formais e informais com a indústria, a sociedade civil e pesquisadores de segurança”.
- O novo acordo parte do “papel crítico da indústria” na cibersegurança, em favor da noção de que a proteção do ciberespaço “é do interesse de todos”.

3. Um mês movimentado para o comércio eletrônico

A Semana de Comércio Eletrônico de 2018 da UNCTAD reuniu partes interessadas para discutir oportunidades de desenvolvimento e desafios associados à crescente economia digital. Os participantes exploraram o papel que as plataformas digitais desempenham na facilitação do comércio internacional, bem como sua influência potencialmente disruptiva na economia e no mercado de trabalho.

A segunda reunião do Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre Comércio Eletrônico, com o tema “Promovendo Ganhos de Desenvolvimento por meio do Comércio Eletrônico Nacional e Transfronteiriço em Países em Desenvolvimento”, também ocorreu durante a Semana de Comércio Eletrônico. As discussões foram guiadas por algumas questões propostas para reflexão e os estados membros e observadores foram convidados a apresentar contribuições escritas antecipadamente.

Paralelamente, o grupo de 71 Estados membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) que assinaram a Declaração Conjunta sobre Comércio Eletrônico na 11ª Conferência Ministerial da OMC (MC11) se reuniu e começou a apresentar documentos não oficiais para avançar no “trabalho exploratório para futuras negociações da OMC sobre os aspectos do comércio eletrônico relacionados com o comércio”. Algumas das principais propostas foram as seguintes:

- Não duplicar o trabalho feito em outro lugar; concentrar-se em questões políticas específicas que podem ser abordadas por meio de potenciais regras comerciais (Nova Zelândia)
- Discussões futuras devem cobrir todos os aspectos do comércio eletrônico, sem dividir os tópicos (Rússia)
- Estabelecer novas regras somente quando necessário para abordar novos desenvolvimentos ou lacunas no sistema existente (Argentina, Colômbia e Costa Rica)
- Foco no desenvolvimento como elemento central (Brasil)
- Aproveitar as lições aprendidas dos acordos de livre comércio (Japão, Nova Zelândia, Cingapura)
- Identificar eventuais elementos que possam formar a base de um futuro acordo (Território Aduaneiro Separado de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu)

Os países manifestaram interesse em explorar várias áreas específicas, incluindo compromissos de acesso a mercados, facilitação de comércio, proteção ao consumidor e fluxos de dados. Segundo o ICTSD, a coalizão se reunirá em maio e em junho, seguido de um exercício de levantamento de opinião em julho.



O CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, prestando depoimento perante o Congresso dos EUA sobre as práticas e o modelo de negócios de sua empresa, 10 de abril de 2018.

Credit: Prachatai

POLÍTICA DIGITAL: DESDOBRAMENTOS EM ABRIL

O Barômetro mensal de Governança da Internet registra questões específicas de Governança da Internet (GI) no debate sobre políticas públicas e revela tendências que se destacam comparando as questões todos os meses. O barômetro indica a presença de questões específicas da GI em comparação com o mês anterior.

Arquitetura Global de IG



relevância crescente

Trinta e quatro empresas de tecnologia assinaram um Acordo Tecnológico de Cibersegurança, comprometendo-se a proteger civis no ambiente online e a melhorar a segurança, a estabilidade e a resiliência do ciberespaço.

Os Chefes de Governo da Commonwealth adotaram uma Ciberdeclaração da Commonwealth, focando fortemente em cibersegurança, seguida por aspectos de desenvolvimento e economia e direitos humanos.

Os ministros de defesa do G7 convocaram os países e a indústria da Internet a trabalhar em conjunto e criar “soluções eficazes” para combater o uso de tecnologias online por terroristas.

Desenvolvimento sustentável



relevância decrescente

A Dinamarca se uniu à *Digital Development Partnership* do Banco Mundial, uma iniciativa focada em ajudar os países em desenvolvimento a tirar proveito da digitalização em sua caminhada para o desenvolvimento sustentável.

Segurança



relevância crescente

A Comissão Europeia está propondo novas regras para facilitar o acesso transfronteiriço por agências policiais à provas eletrônicas.

O Departamento de Segurança Interna dos EUA, o FBI e o Centro Nacional de Cibersegurança do Reino Unido divulgaram um alerta técnico avisando sobre os atores cibernéticos patrocinados pelo governo russo que tinha como alvo dispositivos de infraestrutura de rede. As autoridades australianas também argumentam que centenas de empresas foram alvo de tais atores.

Hackers não identificados atacaram redes no Irã, Rússia e vários outros países, desativando equipamentos de provedores de serviços de Internet (ISPs) e data centers.

O Centro Nacional de Cibersegurança do Reino Unido elaborou uma nova classificação de incidentes cibernéticos para harmonizar a descrição e a priorização de ameaças cibernéticas. A França está desenvolvendo seu próprio serviço de mensagens criptografadas para ser usado por funcionários do governo.

Comércio eletrônico e economia da Internet



relevância crescente

A Semana de Comércio Eletrônico 2018 da UNCTAD, apresentou discussões sobre as oportunidades de desenvolvimento e os desafios associados à crescente economia digital. Vários membros da OMC apresentaram propostas para avançar no trabalho exploratório sobre os aspectos do comércio internacional relacionados ao comércio eletrônico e identificar possíveis elementos que possam formar a base de um futuro acordo sobre comércio eletrônico.

Na Europa, 22 países realizaram um acordo denominado Blockchain Partnership para compartilhar conhecimentos em áreas técnicas e regulatórias relacionadas à blockchain. O Vietnã está planejando aumentar o controle sobre as atividades de criptomoeda, após relatos de fraude em uma enorme Oferta Inicial de Moedas. Na Coreia do Sul, 14 casas de criptomoedas se comprometeram com um conjunto de regras para melhorar a transparência de suas atividades. Antígua e Barbuda devem lançar sua primeira bolsa de criptomoedas enquanto a Organização de Turismo do Caribe pretende facilitar o uso de pagamentos por criptomoedas para serviços de turismo.

A Uber perdeu outro caso no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), o tribunal decidiu que os estados membros da UE “podem proibir e punir o exercício ilegal de atividades de transporte como o UberPop”. A decisão reiterou uma decisão de dezembro de 2017 que concluiu que o UberPop era um serviço de transporte. Longe dali, um juiz da Filadélfia, EUA, determinou que os motoristas que trabalham sob o serviço de limusine da UberBlack são trabalhadores autônomos.

Direitos digitais



relevância crescente

Um tribunal em Moscou, Rússia, aprovou uma solicitação do órgão regulador de telecomunicações do país, Roskomnadzor, para bloquear o acesso ao serviço de mensagens Telegram, devido à repetida recusa da empresa em entregar suas chaves de criptografia.

O Ranking Digital Rights 2018 observou que poucas das 22 maiores empresas de Internet e de telecomunicações fazem do direito dos usuários à privacidade e à liberdade de expressão uma prioridade central.

A Comissão Europeia lançou um conjunto de propostas legislativas para reforçar os direitos dos consumidores online.

Jurisdição e questões legais



relevância crescente

Em um movimento descrito por alguns como uma tentativa de reduzir sua exposição à GDPR, o Facebook planeja fazer alterações em seus termos de serviço, para que os usuários não-europeus deixem de estar sujeitos a acordos com a sede da empresa na Irlanda. [🔗](#)

A Suprema Corte dos EUA arquivou o caso da Microsoft Irlanda, devido à promulgação do CLOUD Act. [🔗](#) A Microsoft terá agora de fornecer às autoridades dos EUA dados armazenados na Irlanda, seguindo as provisões do CLOUD Act.

Um juiz do Reino Unido decidiu em favor do direito ao esquecimento, ao ordenar que o Google eliminasse de seus resultados de busca antigos crimes cometidos por um empresário. [🔗](#) O parlamento da Malásia aprovou uma lei contra notícias falsas, introduzindo multas de até US\$123.000 e pena máxima de seis anos de prisão para infratores. [🔗](#)

Infraestrutura



mesma relevância

Vários países da costa da África Ocidental foram afetados por um corte de cabo submarino. [🔗](#)

A Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) e autoridades de proteção de dados da UE continuam trocando informações sobre o modelo proposto pela ICANN para garantir que os registros e registradores de nomes de domínio estejam em conformidade com as políticas da ICANN e da GDPR. [🔗](#)

Neutralidade de rede



mesma relevância

Os estados dos EUA continuam a aprovar suas próprias regras de neutralidade da rede, após a decisão de dezembro de 2017 da Comissão Federal de Comunicações de revogar as atuais regras federais. O governador do Oregon assinou uma lei de neutralidade da rede que proíbe os órgãos públicos de contratar provedores de acesso que realizam atividades de gerenciamento de rede com base em priorização paga, bloqueio de conteúdo ou outras formas de discriminação. [🔗](#) Na Califórnia, um rigoroso projeto de lei de neutralidade da rede está próximo de se tornar lei, [🔗](#) apesar de resistência dos provedores de telecomunicações. [🔗](#)

Novas tecnologias (IoT, AI, etc.)



relevância crescente

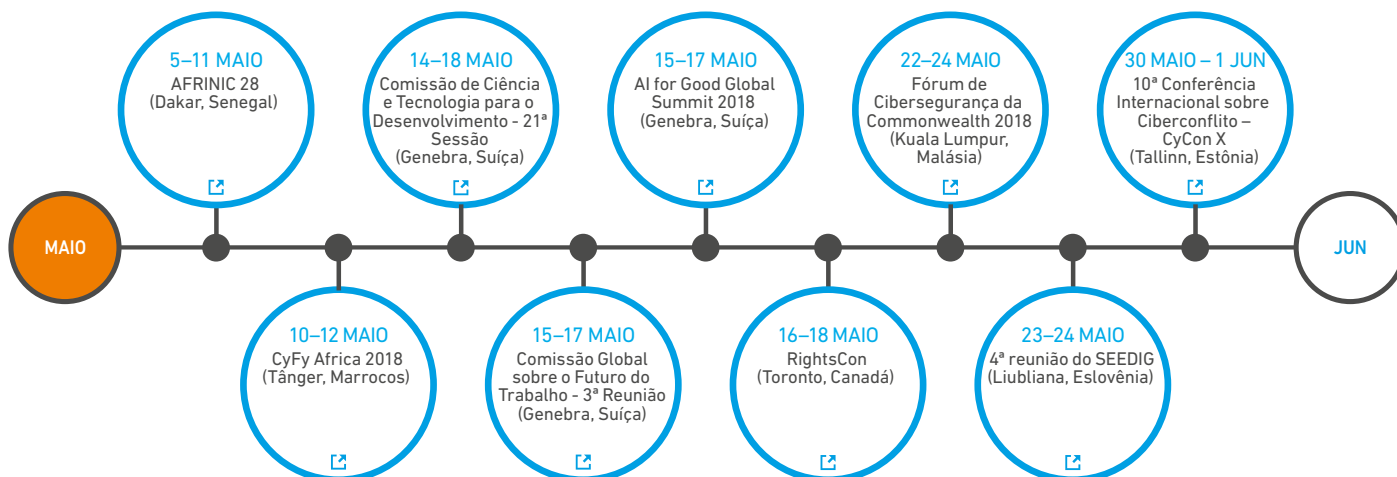
Vinte e cinco países europeus adotaram uma Declaração de Cooperação sobre Inteligência Artificial (AI), [🔗](#) enquanto a Comissão Europeia delineou medidas políticas para “colocar a AI a serviço dos europeus”. [🔗](#) Um estudo da Unidade de Inteligência da The Economist classificou a Coreia do Sul, Alemanha e Cingapura como os países mais preparados para lidar com os avanços em automação e inteligência artificial. [🔗](#) Em uma carta aberta à Comissão Europeia, mais de 150 especialistas manifestaram preocupação com a ideia de conceder um status legal a robôs. [🔗](#)

Autoridades na Califórnia, EUA, agora podem emitir licenças para que veículos totalmente autônomos sejam testados em vias públicas, visto que os regulamentos aplicáveis entraram em vigor em 2 de abril. [🔗](#) A China estabeleceu diretrizes nacionais para o teste de tais veículos em vias públicas. [🔗](#)

A Comissão Especial sobre IA da Câmara dos Lordes do Reino Unido publicou um relatório com recomendações destinadas a apoiar o governo do Reino Unido e outras partes interessadas em “concretizar o potencial da IA para a sociedade e economia e proteger a sociedade de potenciais ameaças e riscos”. [🔗](#)

A Microsoft anunciou planos de investir US\$ 5 bilhões em pesquisa e inovação em Internet das coisas (IoT) nos próximos cinco anos. [🔗](#)

EVENTOS EM MAIO



Para mais informações sobre eventos futuros, visite dig.watch/events

SEMANA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO DA UNCTAD: RESUMO DAS DISCUSSÕES

A Semana de Comércio Eletrônico da UNCTAD cresceu nos últimos anos para se tornar uma oportunidade chave para troca de informações, definição de agendas e networking. Este evento anual reúne um público diversificado de governos, organizações internacionais, representantes de empresas, acadêmicos e sociedade civil. Em 2018, a presença dos governos foi fortalecida pela segunda reunião do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Comércio Eletrônico e Economia Digital, realizada paralelamente à Semana do Comércio Eletrônico.

O comércio eletrônico é um campo em rápido crescimento. Várias iniciativas são dedicadas à coleta de informações precisas que contribuirão para a formulação de políticas nessa área, como dados sobre fluxos internacionais, elementos que podem aumentar a confiança do consumidor, os produtos que são vendidos mais facilmente em certas regiões, e as existentes lacunas que os países precisam preencher quando se trata de desenvolver suas estratégias de planejamento para lidar com o comércio eletrônico.

Algumas das condições que possibilitam o comércio eletrônico incluem a necessidade de fortalecer os aspectos digitais da estratégia de Facilitação de Comércio, superar as barreiras transfronteiriças aos pagamentos digitais e a adoção de medidas concretas para apoiar as pequenas e médias empresas (PMEs) enquanto fomentam a confiança no comércio transfronteiriço.

O tema principal da semana de comércio eletrônico foi “Dimensões de desenvolvimento de plataformas digitais”, portanto, várias sessões foram dedicadas a discutir o impacto econômico e social das plataformas. Algumas abordaram a interação entre PMEs e plataformas, enquanto outras focaram-se no mercado de trabalho centrado em plataformas e nos padrões que precisam ser observados para condições justas de trabalho a serem alcançadas. Os efeitos que uma economia baseada em plataformas podem ter em futuros desdobramentos foram discutidos em um diálogo ministerial de alto nível.

Entre os dias 18 e 20 de abril, governos se reuniram na segunda sessão do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Comércio Eletrônico e Economia Digital. Essa reunião proporcionou uma oportunidade para o compartilhamento de conhecimento entre governos, acadêmicos e representantes de empresas.

As discussões abordaram questões como o modelo de receita das plataformas e as precárias condições da força de trabalho que ingressam no mercado de trabalho online. Essa nova

realidade exige a atualização de políticas relacionadas à concorrência, indústria, comércio e privacidade, por exemplo.

A reunião também abordou as barreiras ao acesso ao comércio eletrônico global e as possíveis maneiras de superá-las, a importância das parcerias público-privadas, a necessidade de derrubar barreiras ao comércio transfronteiriço, a eliminação de restrições operacionais e as melhores práticas detalhadas para adoção do comércio eletrônico nos países emergentes. Uma das propostas concretas que avançaram na reunião foi a criação de um grupo de trabalho focado em ajudar as nações em desenvolvimento a criar indicadores domésticos de comércio eletrônico e incorporar perspectivas globais.

Ao longo da semana, ficou nítido que o comércio eletrônico é uma assunto multidimensional, que não pode ser enfrentada com sucesso sem a colaboração entre os setores público e privado.

Foi discutido o papel das empresas na proteção dos consumidores online, bem como a necessidade de introduzir os interesses e preocupações dos consumidores nas negociações comerciais, especialmente em um contexto no qual os dados dos usuários tornam-se um ativo cada vez mais valioso.

Os desafios que o fluxo desimpedido de dados e plataformas online podem representar para o desenvolvimento também foram destacados. Se os dados são o novo petróleo, então eles não devem ser doados gratuitamente pelos países em desenvolvimento para grandes corporações estrangeiras.

Além disso, foram analisadas as consequências potencialmente negativas de decisões destinadas a proibir a divulgação obrigatória de códigos-fonte de software em campos variados como segurança nacional, segurança pública e produção de alimentos.

Tecnologias e abordagens emergentes podem desempenhar um papel importante no apoio ao comércio eletrônico. Alguns exemplos podem ser encontrados no uso de blockchain para aumentar a facilitação do comércio e na maneira que com o e-Residency, a Estônia permitiu a criação de uma identidade digital fornecida pelo governo da Estônia, concedendo a capacidade de usar a plataforma digital do país para acessar o mercado europeu.

Diversas sessões abordaram a necessidade de fortalecer os esforços de capacitação, em geral, e de melhorar as habilidades necessárias para impulsionar o empreendedorismo na África, mais especificamente.

Exemplos concretos de iniciativas de capacitação foram compartilhados, como um curso sobre comércio eletrônico que foi oferecido em conjunto pela DiploFoundation, CUTS International Geneva, International Trade Centre, UNCTAD e a GIP.

Leia nossos relatórios (em inglês) da maioria das sessões de política digital realizadas durante a Semana de Comércio Eletrônico da UNCTAD.



ARMAS AUTÔNOMAS: A BUSCA POR DEFINIÇÕES E OPÇÕES DE POLÍTICAS

Armas totalmente autônomas podem ainda não existir, mas seu possível desenvolvimento e uso são vistos com preocupação pelos Estados membros da Convenção sobre Certas Armas Convencionais. Desde novembro de 2017, um Grupo de Especialistas Governamentais (GGE) vem explorando as potenciais implicações dos sistemas de armas letais autônomas (LAWS) e a necessidade de opções de políticas para possivelmente administrá-las. O grupo se reuniu este mês em Genebra; resumimos os principais tópicos.

Enfrentando os desafios dos LAWS

Com base no trabalho realizado em novembro de 2017, o GGE se reuniu para abordar as preocupações humanitárias e de segurança que podem surgir com o potencial desenvolvimento de LAWS.

Alguns estados levantaram preocupações de que armas autônomas poderiam levar a uma corrida armamentista internacional, mudando fundamentalmente a natureza da guerra e gerando perigosas assimetrias entre os estados. Eles também apontaram para o risco dos LAWS serem adquiridas por atores não estatais e grupos terroristas.

No nível técnico, há riscos relacionados a erros nas máquinas e viés nos algoritmos, e a possibilidade de que eles possam ser hackeados e sofrerem interferências. Há também a questão ética em permitir que as máquinas - que não têm raciocínio ético nem emoções - tomem a decisão de tirar a vida de um ser humano. Do ponto de vista legal, a questão principal é se os LAWS podem obedecer o direito internacional humanitário e os direitos humanos.

Buscando uma definição

Decidir se e como definir LAWS permaneceu como um dos pontos mais importantes do debate. Enquanto alguns estados preferiram manter o debate flexível, outros enfatizaram a necessidade de uma definição para poder avançar nas decisões sobre políticas.

A abordagem que parece ter recebido mais apoio foi a descrição de LAWS como um sistemas de armas com autonomia em suas funções críticas, ou seja, seleção e ataque a alvos sem intervenção humana. Mas a discussão não foi finalizada, pois alguns destacaram a necessidade de uma melhor compreensão do termo "funções críticas", enquanto outros expressaram preocupação com o uso do termo "letal", observando que armas podem infligir danos excessivos mesmo se não forem destinadas à letalidade.

Significativo controle e responsabilidade humana

Houve um consenso geral de que um significativo controle humano é essencial para o desenvolvimento e uso de LAWS. O que permaneceu difícil foi definir conceitos como "controle", "significativo" e "suficiente".

Outra questão discutida foi a necessidade da responsabilidade humana estar presente durante todo o ciclo de vida de uma arma autônoma, desde o desenvolvimento até o teste e o uso. Sobre a questão de quem tem a responsabilidade final se o sistema de armas for mal utilizado ou se tiver mal funcionamento, a maioria pareceu concordar que essa responsabilidade deve permanecer com o comandante que decidir utilizar o sistema.

Explorando opções de políticas

As leis internacionais são suficientemente abrangentes para abordar os riscos associados aos LAWS? Se não, precisamos melhorar a implementação das leis atuais ou criar novos instrumentos?

Alguns argumentaram que uma nova regulamentação não é necessária. As preocupações em torno dos LAWS e sua conformidade com o direito humanitário podem ser abordadas por meio do fortalecimento do Artigo 36 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra - que declara que nenhuma arma ilícita seja desenvolvida e usada.

Além disso, houve uma forte movimentação para que uma declaração política para afirmar que os Estados compartilham a convicção de que os humanos devem continuar a tomar a decisão final sobre o uso de força letal e exercer controle suficiente sobre os LAWS.

Um número crescente de estados expressou seu apoio a um instrumento juridicamente vinculante que proíba o desenvolvimento e uso de LAWS e uma moratória sobre seu atual desenvolvimento e uso, com base nos riscos éticos, legais, militares e tecnológicos que representam para a humanidade.

O que vem por aí?

Conforme refletido no resumo do presidente, [esta sessão](#) do GGE conseguiu explorar ainda mais o conceito de LAWS e promover consenso, especialmente sobre a noção de um significativo controle humano. A próxima reunião do grupo em agosto de 2018 [determinará](#) se esse consenso será capaz de levar a recomendações concretas.

Enquanto isso, é provável que as potenciais implicações da automação e da inteligência artificial para guerra e segurança internacional gerem mais debates públicos. Este mês, por exemplo, a *The Economist* publicou um artigo em sua edição impressa mais recente sobre armas autônomas, [ao revisar](#) o livro de Paul Scharre, *Army of None: Autonomous Weapons and the Future of War*. [Enquanto](#) a Rand Corporation publicou um artigo (em inglês) sobre como a inteligência artificial pode afetar o risco de guerra nuclear.

Leia o documento informativo sobre os resultados da reunião de abril do GGE.



Existem preocupações de que armas autônomas possam levar a uma corrida armamentista internacional e mudar fundamentalmente a natureza da guerra.

Créditos: Força Aérea dos EUA/Staff Sgt. Brian Ferguson

SAÚDE DIGITAL: APLICAÇÕES DE TECNOLOGIA E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

À medida que nosso cotidiano está cada vez mais digitalizado, a área da saúde depende cada vez mais da tecnologia. As TICs estão sendo utilizadas para trazer mais eficiência por meio de aplicativos, como registros médicos eletrônicos e prescrição eletrônica, enquanto a telessaúde e telemedicina permitem o acesso remoto aos serviços de saúde.

Aplicativos de saúde e dispositivos vestíveis (“wearables”) são desenvolvidos para monitorar, detectar e prevenir problemas de saúde (por pacientes e médicos). A tecnologia de impressão 3D

é usada em próteses, facilitando o desenvolvimento de membros artificiais altamente personalizados. E a robótica e a IA têm cada vez mais aplicações no campo da medicina, desde robôs médicos até algoritmos que podem melhorar o diagnóstico e o tratamento médico.

Mas esses avanços inevitavelmente trazem várias implicações para a política digital, em áreas como segurança de dispositivos, uso indevido de dados pessoais e desigualdades no acesso a soluções digitais de saúde.



Leia sobre os desenvolvimentos tecnológicos e as implicações de políticas digitais de saúde no espaço dedicado no observatório GIP Digital Watch.

